

**Encontro As Universidades Latino-americanas perante os *Rankings*
Internacionais:
Impactos, Alcances e Limites
Declaração Final
(rascunho acordado 14/05/2012)**

O Encontro *Las Universidades Latinoamericanas ante los Rankings Internacionales: Impactos, Alcances y Limites* foi convocado com o objetivo de abrir um espaço para o diálogo e debate sobre as classificações internacionais de universidades. Ao longo dos trabalhos da reunião, reitores de universidades, editores de *rankings* e especialistas acadêmicos apresentaram diversas análises, pontos de vista e perspectivas sobre o tema. Consideramos que o evento cumpriu amplamente seu objetivo original.

Como conclusão do mesmo, e com a intenção de seguir promovendo o debate e a realização de iniciativas e respostas aos temas apresentados, temos recolhido e sistematizado um conjunto de ideias, caracterizações e propostas expressadas nesta discussão. A presente Declaração Final oferece uma visão de conjunto, que esperamos seja enriquecida em toda a região, para a exposição de uma postura universitária latino-americana perante os *rankings* internacionais.

As Universidades da América Latina e do Caribe hoje

As universidades da América latina e do Caribe compartilham uma herança comum. Muitas delas remontam suas origens ao tempo e aos modelos universitários da Colônia. Desde o grito de Córdoba de 1918, se generalizaram processos de reforma baseados na autonomia universitária e na orientação social dessas instituições. Durante o século XX tiveram um papel de excepcional importância na construção dos Estados nacionais, na urbanização e mobilidade social em nossos países. Também têm sido fundamentais na preservação dos valores democráticos e nas diversas lutas sociais progressistas. Como parte medular de sua responsabilidade social tem hospedado a formação de profissionais e de quadros técnicos científicos, assim como a parte mais importante da produção de conhecimento em ciências e humanidades. Nesta larga trajetória têm representado a função de baluartes na geração e difusão da cultura universal e de nossos povos.

Os sistemas de educação superior da América Latina e do Caribe se caracterizam, em termos gerais, por uma importante expansão na qual estão presentes pautas de diversificação de ofertas, objetivos e missões, assim como traços de convergência e diferenciação entre os modelos institucionais que prevalecem nos países da região. Na última década o número de alunos passou, em números redondos, de doze a mais de vinte milhões. A cobertura desses sistemas apresenta na atualidade uma taxa bruta de pouco mais de um terço com respeito ao grupo de idade relevante (19 a 23 anos), ainda que não sejam poucos os países da região que têm superado o umbral de 50%. Calcula-se, assim mesmo, que da matrícula total, mais de 75% corresponde à opção universitária; que a exceção do caso das formações tecnológicas tem alcançado a paridade de gênero; e que a parte majoritária da população estudantil, incluído as pós-graduações, corresponde a jovens com menos de trinta anos.

Nos últimos anos se adverte uma crescente preocupação pelo desenvolvimento de melhoras na qualidade da oferta dos planos e programas de estudo, no perfil da estrutura

acadêmica, assim como no âmbito da gestão e administração das instituições. Em vários países se tem implantado sistemas de validação de programas de estudo, diversos processos de transparência e prestação de contas, assim como distintas fórmulas para incrementar progressivamente os níveis de formação e desempenho do pessoal acadêmico.

Existe um crescente interesse em desenvolver, melhorar e consolidar a investigação nos entornos universitários, e em incrementar os vínculos das instituições com a sociedade e os agentes produtivos. Contudo, na grande maioria das universidades da América Latina e do Caribe, a função docente mantém uma posição prioritária que se explica, em essência, pela responsabilidade histórica destas instituições em oferecer formação superior a distintos grupos sociais de seu entorno.

No último quinquênio, as universidades latino-americanas têm registrado um avanço muito notável no intercâmbio de experiências e desenvolvimento teórico sobre pedagogia universitária, incluindo seminários e congressos internacionais, nos quais não somente têm deliberado os especialistas em educação superior, senão também os docentes de todas as graduações, com um marcado caráter transversal e transdisciplinar.

Não são poucos, desde logo, os problemas e desafios que caracterizam a nossas instituições. A maior parte dos quais deriva da insuficiência de recursos públicos e privados para alentar seu crescimento e seus processos de desenvolvimento quantitativo, que já se tornou crônica.

Antecedentes do debate latino-americano sobre *rankings* internacionais

A Conferência Mundial sobre a Educação Superior (CMES), celebrada em Paris, França, de 5 a 8 de julho de 2009, reconheceu a necessidade de lograr mais informação, abertura e transparência a respeito das diversas missões e atuações de cada estabelecimento de ensino. Ademais, assumiu o desafio de desenvolver processos de avaliação e fomentar uma cultura da qualidade nas instituições do sistema.

A representação latino-americana e caribenha perante a CMES-2009 apoiou o acordo internacional referente à necessidade de incentivar processos de avaliação, transparência e prestação de contas, como parte da responsabilidade social universitária. Também se pronunciou criticamente frente à opção de construir ou utilizar sistemas de *rankings* como um meio para avaliar o desempenho dos sistemas, instituições e programas universitários.

No IV Encontro de Redes Universitárias e Conselhos de Reitores na América Latina e no Caribe, auspiciado pelo Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC-UNESCO) em Buenos Aires, Argentina, nos dias 5 e 6 de maio de 2011 se discutiu uma vez mais o tema dos *rankings* e, como ressalta textualmente o posicionamento, se decidiu:

1. Ratificar os acordos da Conferência Regional sobre a Educação Superior (Cartagena das Índias, Colômbia, 4 a 6 de junho de 2008) que enfatizam a natureza de bem público social da educação superior.

2. Reconhecer que existe uma crescente demanda de conhecimento sobre as condições, características, desempenhos e impactos das instituições de educação superior (IES) em cada país e na região em seu conjunto.
3. Manifestar sua preocupação com os efeitos indesejados dos *rankings* tais como:
 - A homogeneização da diversidade de instituições com respeito ao modelo predominante da universidade elitista de investigação dos Estados Unidos e a conseqüente perda de identidade da universidade latino-americana.
 - A percepção distorcida acerca da operação, qualidade e resultados da IES da região a partir de medições parciais enfocadas principalmente na circulação internacional da produção científica.
 - A influência destas visões parciais em tomadores de decisões a nível nacional e nas mesmas instituições.
 - A deslegitimação das IES nacionais, em particular daquelas que impulsionam modelos distintos ao da universidade centrada na pesquisa, e
 - A confusão dos *rankings* com sistemas de informação.
4. Propor às autoridades governamentais responsáveis pela coordenação dos sistemas universitários, às associações e redes universitárias, aos reitores e diretivos das instituições, assim como a UNESCO em seu conjunto, impulsionarem alternativas aos *rankings* para uma melhor compreensão e avaliação da realidade da educação superior. Entre essas propostas se destaca:
 - A construção de sistemas de informação acerca das IES na totalidade de suas funções e responsabilidades, suas características, processos, recursos e resultados.
 - A elaboração de estudos comparativos, sistemáticos, objetivos e confiáveis com a finalidade de ter referentes rigorosos que permitam uma melhor tomada de decisões.
 - A coordenação de ações comuns para promover a circulação e o reconhecimento internacional das publicações acadêmicas e conhecimentos científicos produzidos nas IES da região.
 - Reforçar as ações em curso de IESALC nesta matéria, em particular o Mapa da Educação Superior na América Latina e no Caribe.

Estas resoluções foram apresentadas no Foro Mundial da Unesco *Las clasificaciones y la rendición de cuentas en la educación superior: Usos válidos y espurios*, que aconteceu em Paris, 16 e 17 de maio de 2011. Nessas reuniões e em outras realizadas no México, Bogotá e Santo Domingo, entre 2011 e 2012, apresentou-se reiteradamente a necessidade de realizar um encontro de universidades e reitores da América Latina e do Caribe com especialistas no tema para analisar os impactos, alcances e limites dos *rankings* internacionais para as universidades da região. A iniciativa se realizou através do convite dos quatro reitores convocadores a este Encontro, cuja proposta foi respaldada pelo IESALC, a União de Universidades da América Latina (UDUAL), e a Associação Nacional de Universidades e Instituições de Educação Superior (ANUIES) do México.

As Universidades Latino-americanas perante os *Rankings* Internacionais: Impactos, Alcances e Limites

Do encontro participaram reitores e outras autoridades de mais de 65 universidades, públicas e privadas, da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Paraguai, Peru, República Dominicana, Venezuela e México, país anfitrião. Contou-se com a destacada participação de especialistas acadêmicos e de editores responsáveis de quatro dos *Rankings* internacionais más reconhecidos.

Os que subscrevemos este documento, participantes no Encontro *Las Universidades Latinoamericanas ante los Rankings Internacionales: Impactos, Alcances y Límites*, referendamos a caracterização, compartilhamos a identificação de riscos e coincidimos em ressaltar as limitações de utilizar os *rankings* como elementos de avaliação e de desenho de políticas públicas, identificados no enfoque do encontro convocado pelo IESALC.

A partir do intercâmbio de ideias desenvolvido ao longo do Encontro fazemos as considerações e propostas que a continuação se expõe:

Considerações e propostas

1. Às autoridades governamentais e órgãos legislativos

Considerando que:

- a. Na última década os *rankings* internacionais adquiriram grande visibilidade. Em boa medida tal impacto se deve a que geram entre os tomadores de decisões e na opinião pública a percepção que essas classificações oferecem uma medição integral, exaustiva e objetiva da qualidade das instituições.
- b. Tem-se a impressão que os *rankings* constituem fontes de informação que permitem estabelecer comparações e avaliações, tanto de cada universidade em particular, como do sistema em seu conjunto. Os *rankings* são sistemas de classificação hierárquicos e não sistemas de informação, pelo qual não proporcionam elementos de juízos válidos sobre o desempenho das universidades, inclusive nos itens e indicadores que os compõem, e menos ainda permitem comparações longitudinais sobre avanços e retrocessos ao longo do tempo.
- c. Frente a esta percepção, é importante estabelecer várias características e limitações dos *rankings*. Em função das razões que lhes dão origem e dos objetivos particulares de cada um deles, os *rankings* constituem, no melhor dos casos, comparações, baseadas em somas ponderadas de um conjunto limitado de indicadores frequentemente associados à circulação internacional dos produtos de pesquisa. Estes ordenamentos de universidades não incorporam o conjunto de contribuições, nem o desempenho de cada instituição em sua totalidade. Esta característica é particularmente relevante no caso das universidades da América Latina e do Caribe, cujas responsabilidades e funções com frequência transcendem as mais tradicionais das universidades

anglo-saxônicas de pesquisa, que servem como parâmetros de referência aos *rankings*.

- d. O viés em direção ao modelo de universidade anglo-saxônica de pesquisa gera condições de comparação desvantajosa para as universidades da região, frente às dos países centrais. Por um lado, estão as marcadas diferenças, já mencionadas, entre as tradições universitárias de nossos países e as dos Estados Unidos, Reino Unido e outros que predominam em todas as classificações. Em segundo lugar, é necessário levar em consideração que a maioria dos *rankings*, utiliza medições sobre publicações registradas em dois índices de revistas científicas (ISI-Thomson Reuters y SciVerse-SCOPUS), produzidas por empresas que recolhem fundamentalmente artigos e citações em publicações científicas em inglês e majoritariamente nas áreas de ciências da saúde e engenharias. Este fato produz um viés também desfavorável às universidades da América latina e suas publicações científicas. Finalmente, existe a desvantagem produzida pelas enormes diferenças em investimento para a educação superior e pesquisa científica, o elemento mais definidor da presença de instituições nos *rankings* por país.

Recomendações:

Pelas considerações anteriormente expostas recomendamos às autoridades governamentais e órgãos legislativos de nossos países:

- a. Desenvolver políticas estratégicas e de longo prazo para fortalecer as universidades da região, contribuindo a recriar identidades e projetos universitários conformes com as tradições históricas e os projetos de desenvolvimento nacionais, mantendo a ênfase sobre a prioridade formativa da educação superior como ferramenta para promover a inclusão, reduzir a desigualdade e, simultaneamente, promover o desenvolvimento econômico.
- b. Impulsionar o estabelecimento de bases de dados públicas de informação de alcance nacional e regional que permitam um conhecimento bem fundamentado dos sistemas, subsistemas e instituições; que facilitem o estabelecimento de análises comparativas, quando os casos sejam contrastáveis, e que tornem possível diagnosticar tanto os problemas mais relevantes como as áreas de oportunidade para o desenho de políticas públicas de longo prazo.
- c. Evitar tomar os resultados dos *rankings* como elemento de avaliação do desempenho das instituições, no desenho das políticas públicas para a educação superior, no financiamento e nos sistemas de estímulos e incentivos às instituições e ao pessoal acadêmico.

2. Às agências produtoras de *rankings*

Considerações:

- a. Existe um amplo consenso no meio acadêmico sobre as limitações conceituais e metodológicas dos *rankings* enquanto ferramentas para a avaliação das instituições de educação superior. Entre outros aspectos se ressaltam os seguintes:
 - o Não existe um conjunto de critérios amplos ou unanimemente aceitos para medir a qualidade das universidades. Nesse sentido, resulta arbitrária

- qualquer seleção de parâmetros e indicadores quantitativos para resumir a qualidade das funções universitárias.
- Os *rankings* oferecem resultados nos quais um grande número de instituições são agrupadas ao redor de uma pontuação média. As instituições com notas inferiores em um agrupamento em que estão colocadas diferem das que ficam em uma posição superior por margens que geralmente não são estatisticamente significativas.
 - Os *rankings* internacionais têm tendido a avaliar única ou principalmente os aspectos da função de pesquisa das instituições, em menosprezo de suas funções educativas ou sociais.
 - Consideram-se como limitações importantes: uma concentração quase exclusiva em publicações científicas em inglês, a seleção exclusiva de reconhecimentos e prêmios de máximo prestígio, e a decisão de não levar em consideração a experiência de estudo ou trabalho de graduados e ganhadores de outros tipos de reconhecimentos.
 - Aprecia-se que a qualidade das universidades no mundo não pode comparar-se de maneira precisa, devido às enormes diferenças nos diversos tipos de universidades que é possível encontrar entre países.
 - Adverte-se que qualquer sistema de ordenação ou *ranking* dependerá da eleição dos indicadores que se selecionem, assim como dos pesos que se outorguem a cada um deles.
 - A maioria dos *rankings* publicados não oferecem dados específicos sobre cada instituição classificada. Aqueles que incluem indicadores de prestígio não costumam incluir dados sobre a validade estatística dos resultados. Por isso, se identificam sérias dificuldades para contestar, de forma independente, os cálculos que subjazem aos resultados obtidos.
- b. Vários organismos multilaterais, entre eles a UNESCO, a OCDE e o Banco Mundial, tem se pronunciado acerca da necessidade de melhorar as condições de transparência, objetividade e rigor metodológico dos *rankings*. Também tem sublinhado a necessidade de reconsiderar seu desenho para que em este se inclua evidência sobre o desempenho das instituições nas funções de docência e difusão, e para mostrar a diversidade de missões e projetos institucionais no sistema de qualificação.
- c. O Grupo de Especialistas em *Rankings* Internacionais (IREG), fundado em 2004 sob os auspícios do Centro Europeu para a Educação Superior (CEPES) da UNESCO e do Instituto de Políticas de Educação Superior (IHEP), no qual participam especialistas acadêmicos e produtores de *rankings* internacionais, aprovou em sua segunda reunião plenária, celebrada em Berlim, Alemanha de 18 a 20 de maio de 2006, o documento *Principios de Berlín sobre el Ranqueo de Instituciones de Educación Superior*. Em este se sugerem critérios de qualidade e boas práticas em quatro áreas: propósitos e objetivos dos *rankings*; desenho e ponderação dos indicadores; coleta e processamento dos dados; e apresentação dos resultados.

Recomendações:

Em virtude de isso, se fazem as seguintes recomendações aos organismos, agências e empresas produtoras de *rankings*:

- a. Conformar-se aos *Principios de Berlín sobre el Ranqueo de Instituciones de Educación Superior*. Em particular:

- Reconhecer a diversidade institucional levando em consideração as diferentes missões e metas das universidades.
 - Proporcionar informação precisa sobre as fontes utilizadas para a classificação, assim como sobre os dados gerados por cada fonte.
 - Especificar os contextos linguísticos, culturais, econômicos e históricos sobre os sistemas nacionais de educação superior correspondentes às instituições classificadas.
 - Oferecer plena transparência sobre a metodologia utilizada na criação do *ranking* correspondente.
 - Dar mais importância à medição de resultados que à de recursos ou insumos.
 - Especificar e justificar as ponderações designadas aos indicadores utilizados, e informar sobre qualquer mudança introduzida nestas.
 - Utilizar dados comprovados e comprováveis.
 - Conceder prioridade à informação recolhida e sistematizada mediante procedimentos científicos de coleta de dados.
 - Oferecer aos consumidores uma explicação clara acerca de todos os elementos utilizados na construção do *ranking*.
 - Compilar resultados de forma tal, que se eliminem ou reduzam erros nos dados originais, e estabelecer procedimentos para que qualquer erro detectado depois da publicação dos resultados possa ser corrigido.
- b. Considerar a inclusão, entre os indicadores de qualidade, das seguintes atividades e atributos:
- Inovação em ferramentas didáticas; horas de especialização docente; números de professores com pós-graduação ou mestrado em educação superior e/ou formação didática avançada.
 - Ações de consultoria pública e intervenção por meio de projetos, arbitragens, transferência de conhecimentos, avaliação de projetos públicos e auditorias de qualidade institucional e/ou rigor metodológico sobre organismos públicos.
 - Projetos de investigação aplicada e/ou inovação tecnológica envolvidos em gestões participativas de desenvolvimento local, ou com resultados na agregação de valor e competitividade sobre a produção econômica nacional e regional.
- c. Ampliar e aprofundar a relação com os escritórios institucionais produtores de informação estatística universitária. Através de:
- Arrecadar autorização expressa das instituições para serem incluídas nos *rankings*.
 - Estabelecer como princípio que só aquela informação convalidada pelas instituições pode ser utilizada nos sistemas de classificação dos *rankings*.
 - Incluir na publicação dos resultados qualquer nota esclarecedora ou precaução sobre a validade dos dados devidamente informada pelas instituições.
 - Interagir sistematicamente com as instituições para a melhora dos *rankings*. Em particular, avançar na perspectiva de incorporar dados relevantes sobre as funções de docência, difusão cultural e serviços sociais.
 - Fixar um procedimento de correção justificada de dados com posterioridade à publicação dos resultados.
- d. Abrir periodicamente foros regionais e internacionais de debate sobre os *rankings*, por meio dos quais se convoque as instituições, as comunidades acadêmicas e os especialistas interessados para a discussão dos métodos, dados e

indicadores incluídos nos sistemas de classificação, de modo que se aproveite esta instância na melhora sistemática dos *rankings*.

e. Informar oportunamente sobre qualquer mudança introduzida na metodologia do *ranking*, na ponderação dos indicadores, na inclusão de novos dados, nas mudanças de fontes, assim como qualquer outra modificação que possa implicar mudanças nas posições ocupadas pelas instituições, atribuíveis à modificações do desenho do *ranking*.

3. Aos meios de comunicação e aos escritórios de comunicação social das instituições de educação superior

Considerações:

- a. Os *rankings* se converteram em um assunto noticioso de relevante interesse a nível nacional e internacional. Alguns deles precisamente sustentam sua existência, interesses e ganhos nos efeitos midiáticos que geram através de publicações impressas ou em internet.
- b. Em geral a cobertura dos meios sobre os *rankings* tende a potencializar a percepção de que estes constituem avaliações totalizadoras sobre a qualidade das instituições, ao focar seu interesse nas características mais competitivas entre universidades e, em ocasiões, nas mudanças de localização das mesmas entre edições de um mesmo *ranking*.
- c. Em muitas poucas ocasiões os meios proveem informação sobre os alcances e enfoques específicos de cada uma dessas classificações internacionais, assim como sobre os traços metodológicos, o quê e como se mede, o viés estatístico e as diferenças substantivas entre as universidades presentes em cada classificação. É pouco frequente que se informe sobre a diversidade dos *rankings* e que se faça referência à localização de uma ou várias instituições em diferentes *rankings*.
- d. A opinião pública, por isso, recebe em várias ocasiões cada ano, notícias em que se localiza as instituições que lhe são familiares em um ou outro lugar, dependendo do *ranking* ao que se faz referência. Em quase todos os casos se gera uma percepção que se reduz à ideia de que tal ou qual universidade está colocada, ou não aparece entre as melhores do mundo. Contribui-se assim para construir um juízo, com um fundamento superficial sobre uma ou várias instituições nacionais ou internacionais.
- e. Um efeito negativo de grande alcance se expressa na perda de legitimidade social que afeta as instituições que não aparecem nos *rankings*, se localizam em posições muito baixas ou descendem de um ano a outro.

Recomendações:

Com base no anterior se sugere:

- a. Uma das funções principais das universidades é contribuir à informação, análise e compreensão de diversos fenômenos que afetam a sociedade. É por isso uma obrigação das instituições oferecer ao público, através dos meios, elementos que permitam um melhor entendimento das razões pelas quais se produzem os *rankings*, as características

de cada um, seus objetivos, alcances e limitações. Também é fundamental uma ampla divulgação das tarefas, atividades, produtos e serviços que estas realizam e prestam.

b. Aos meios de comunicação se solicita uma aproximação informativa matizada e profunda ao tema dos *rankings*. É conveniente tornar compatível o interesse e o manejo jornalístico sobre o tema, com uma maior capacidade explicativa e delimitação do significado de cada uma das classificações.

c. Com a finalidade de contribuir e apoiar aos meios de comunicação nesta tarefa informativa, se apresenta a necessidade de uma maior aproximação entre os escritórios de comunicação de nossas universidades e os diversos meios que assim o requeiram.

4. Às instituições de educação superior da América Latina e do Caribe

Considerações:

- a. Em nossa região existe uma tradição universitária forte e identificável em cujo marco tem se originado e desenvolvido uma grande variedade de universidades e projetos de educação superior.
- b. Dentro desta diversidade existem características comuns que identificam as funções universitárias de docência, pesquisa, difusão cultural, extensão e vinculação, com uma forte vocação social e compromisso com o desenvolvimento das nações latino-americanas.
- c. Muitas destas características, produtos acadêmicos e contribuições universitárias não estão recolhidas de maneira adequada pelos *rankings*, em particular pelos sistemas de classificação de cobertura internacional.

Recomendações:

De acordo com as considerações anteriores se apresentam as seguintes sugestões:

- a. Convocar as instituições de educação superior da região para que, no marco da autonomia, gerem e consolidem políticas e processos de transparência, prestação de contas e acesso aberto aos produtos, recursos, materiais e serviços que se geram através das funções de docência, pesquisa, difusão, extensão, vinculação e serviço social, assim como a aqueles dos que as instituições são depositárias.
- b. Esta disposição aberta e de acesso irrestrito deve ser uma política estratégica que atualize a vocação de responsabilidade social que tem caracterizado nossas instituições, ademais de ser um meio propício para incrementar a visibilidade internacional, a cooperação e o impacto acadêmico e social de nossas tarefas; assim como um veículo fundamental para ampliar os benefícios e impactos sociais das tarefas universitárias. Este enfoque não deverá ter mais limitação que a devida proteção dos direitos autorais e de dados pessoais.

Mensagem Final

As universidades e demais instituições de educação superior da América Latina e do Caribe enfrentamos hoje desafios de enorme envergadura. Esta condição tem sido quase constante ao longo da história de nossos países e nossas universidades. Temos a

obrigação de nos integrar aos processos de produção de conhecimentos e de formação profissional, desde nossas realidades nacionais até o âmbito internacional. Isto apresenta a necessidade de nos transformarmos de maneira contínua para entrar em sintonia com os rápidos processos de mudança que ocorrem a nível global.

Ao mesmo tempo temos a responsabilidade de manter nossas raízes nacionais e regionais; recriar nossas melhores tradições universitárias; identificar com clareza a importância de preservar e promover nossas línguas; dar nova dimensão e visibilidade ao conhecimento que produzimos; fortalecer o estudo a reflexão e a análise sobre nossas histórias, culturas e sobre as condições materiais de desenvolvimento de nossos países. Também sobre problemas ancestrais, como a pobreza e a desigualdade, que seguem afetando nossas nações.

Neste duplo processo de integração internacional e fortalecimento de nossa localização nacional e regional, temos que utilizar os elementos de identidade que tem feito mais fortes e relevantes nossas instituições. É necessário recriar a relação entre nossas universidades e a construção de nossas sociedades, Estados e projetos de desenvolvimento nacional. Estas são as responsabilidades históricas das universidades da América Latina e do Caribe que buscaremos assumir cada vez com maior clareza, qualidade e criatividade.

Nossas universidades estão em condições de superar a fictícia oposição de preparar profissionais para o mercado ou formar líderes para a mudança, que corre paralela a outra falsa oposição, entre profissionais que dominam conhecimentos gerais e especialistas. Sabemos hoje que a complexidade isola e neutraliza aos super-especialistas que não receberam uma formação básica e geral, e que premia e integra aos que reúnem alta formação profissional com capacidade de inovação e visão transdisciplinar, da que se nutrem as grandes decisões estratégicas. De tais decisões, as da América Latina e do Caribe estão hoje à vanguarda da produção de conhecimentos que promovem a inclusão, a justiça, a resolução pacífica dos conflitos, a proteção do ambiente, o desenvolvimentos econômico e social, o respeito pela diversidade e a promoção dos direitos humanos.

Entendemos a importância das comparações e medições internacionais, mas não podemos submeter estas responsabilidades a estratégias simplistas para ter um melhor desempenho nas classificações hierárquicas. Estamos em uma busca contínua para estabelecer relações, intercâmbios e mútuo enriquecimento de nosso trabalho acadêmico através da interação com universidades de todo o globo. Buscaremos também, que nosso trabalho e contribuições de qualidade se façam visíveis, se internacionalizem e se convertam em parâmetros de reflexão sobre a qualidade das instituições de educação de ensino superior em todo o mundo.